

**IMPLICAÇÕES DA REGULAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
ESPÍRITO SANTO: TRAJETÓRIA DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DA
REDE PÚBLICA ENTRE 1997 E 2017**

***IMPLICACIONES DE LA REGULACIÓN DEL ACCESO A LA EDUCACIÓN
SUPERIOR EN ESPÍRITO SANTO: TRAYECTORIA DE LOS INDICADORES
EDUCATIVOS EN LA RED PÚBLICA ENTRE 1997 Y 2017***

***IMPLICATIONS OF REGULATING ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN
ESPÍRITO SANTO: TRAJECTORY OF EDUCATIONAL INDICATORS IN THE
PUBLIC NETWORK BETWEEN 1997 AND 2017***



Zilka Sulamita TEIXEIRA MAIA ¹
e-mail: zilkas.teixeira@gmail.com



Wagner dos SANTOS ²
e-mail: wagnercefd@gmail.com

Como referenciar este artigo:

TEIXEIRA MAIA, Z. S.; SANTOS, W. Implicações da regulação do acesso à educação superior no Espírito Santo: Trajetória dos indicadores educacionais da rede pública entre 1997 e 2017. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 28, n. 00, e023005, 2024. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v28i00.18556>



| **Submetido em:** 07/10/2023
| **Revisões requeridas em:** 25/11/2023
| **Aprovado em:** 19/01/2024
| **Publicado em:** 11/02/2024

Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES – Brasil. Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Membro do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (PROTEORIA).

² Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES – Brasil. Docente do Departamento de Ginástica (CEFD/UFES) – Brasil; Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Pesquisador Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 – CNPq.

RESUMO: Este artigo visa discutir os efeitos e desdobramentos concretos das políticas educacionais nacionais de acesso à educação superior implementadas nas redes públicas do Espírito Santo entre 1997 e 2017. Orientado pelo marxismo histórico-dialético, produziu-se uma análise documental a partir de indicadores educacionais e demográficos. Evidenciou-se que a materialização das regulamentações nacionais na rede pública que oferta a educação superior no estado do Espírito Santo, entre 1997 e 2017, expressa as diferentes formas de regulação estatal, demonstrando inicialmente estreitamento e, no período mais recente, especialmente a partir de 2012, o alargamento do acesso de camadas mais pobres da população (especialmente pretos, pardos e indígenas) ao nível mais elevado de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação. Acesso à educação superior. Indicadores educacionais.

***RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo discutir los efectos y desarrollos concretos de las políticas educativas nacionales para el acceso a la educación superior implementadas en redes públicas en el estado de Espírito Santo entre 1997 y 2017. Guiado por el marxismo histórico-dialéctico, se elaboró un análisis documental basado en indicadores educativos y demográficos. Se evidenció que la materialización de las regulaciones nacionales en la red pública que ofrece educación superior en Espírito Santo, entre 1997 y 2017, expresa las diferentes formas de regulación estatal, mostrando inicialmente un estrechamiento y, en el período más reciente, especialmente a partir de 2012, la ampliación del acceso de los sectores más pobres de la población (especialmente negros, mestizos e indígenas) al más alto nivel de educación.*

PALABRAS CLAVE: Regulación. Acceso a la educación superior. Indicadores educativos.

***ABSTRACT:** This article aims to discuss the effects and concrete developments of national educational policies for higher education access implemented in the public education system in the state of Espírito Santo between 1997 and 2017. Guided by historical-dialectical Marxism, we conducted a documentary analysis based on educational and demographic indicators. It became evident that the materialization of national regulations in the public system providing higher education in Espírito Santo between 1997 and 2017 reflects different forms of state regulation. Initially, it showed narrowing, but in the more recent period, especially from 2012, it demonstrated an expansion of access to the highest level of education for the most economically disadvantaged segments of the population, particularly black, mixed-race, and indigenous peoples.*

KEYWORDS: Regulation. Access to higher education. Educational indicators.

Introdução

Historicamente, a regulação estatal das políticas educacionais de acesso à educação superior no Brasil tem assumido configurações que se relacionam com as conjunturas econômicas e sociais nacionais e internacionais. Fundada como produto histórico de diversos projetos de educação e de sociedade em disputa, concorrência e negociação que denotam distintos estágios e configurações das formas de regulação do acesso à educação superior que se sucedem e se imbricam dialeticamente no tempo e no espaço. Além disso, tais configurações se materializam de diferentes formas nas unidades federativas, impactando, as redes de ensino, segundo uma combinação de fatores que envolvem a administração, o nível de autonomia, o financiamento e os recursos (Chaves, 2010; Arruda, 2011; Barros, 2015; Saviani, 2015; Sguissardi, 2015; Heringer, 2018).

Visando apresentar os impactos das políticas nacionais de acesso à educação superior implementadas no estado, questionamos: quais foram os efeitos dos dispositivos legais nacionais nas instituições de educação superior (IES) públicas do Espírito Santo? Nesse sentido, este artigo visa discutir os efeitos e os desdobramentos concretos produzidos pelas políticas educacionais de acesso à educação superior implementadas nas redes públicas do estado do Espírito Santo entre 1997 e 2017, a partir de indicadores e educacionais. Com isso, buscamos evidenciar a materialidade das políticas nacionais em sua implementação local e indicar os efeitos dos dispositivos legais nacionais reguladores do acesso à educação superior (Brasil, 1996, 2012) nas instituições públicas no Espírito Santo.

A análise de indicadores desempenha um papel fundamental na compreensão dos fenômenos educacionais, uma vez que esses indicadores constituem ferramentas essenciais para avaliar os impactos das políticas de educação. Portanto, nos dedicamos à análise dos impactos das políticas nacionais que reformaram a educação superior no estado do Espírito Santo entre 1997 e 2017. A hipótese levantada neste estudo consiste em confirmar que a implementação de políticas de ampliação e democratização do acesso à educação superior permitiu que uma parcela da população, que até então estava à margem dos níveis mais elevados de educação, conseguisse ingressar nas instituições públicas de educação superior.

Fundamentados nos pressupostos do materialismo histórico e dialético (Marx, 2011), buscamos compreender as relações e as contradições existentes nos processos constitutivos das políticas educacionais de acesso à educação superior no estado do Espírito Santo. Consideramos a realidade estudada como conjunto de processos complexos e inacabados, analisando os

fenômenos em seu movimento e na sua relação com outros fenômenos, que se estabelecem entre a totalidade e as partes desse todo estruturado.

Sobre a teoria

Visando captar o movimento dos fenômenos que envolvem a regulação das políticas educacionais de acesso à educação superior público, buscamos compreender como tais fenômenos se constituem no tempo e no espaço, mais precisamente entre 1997 e 2017, na unidade federativa do Espírito Santo, baseando as análises no materialismo histórico-dialético de Marx (2011). Nessa concepção, a realidade estudada deve ser compreendida como um conjunto de processos que se relacionam dialeticamente. Assim, os fenômenos não são analisados como objetos fixos, mas em movimento.

Como nenhum fenômeno está acabado, mas sim em vias de se transformar e se desenvolver, o fim de um processo se constitui no início de outro. Ao mesmo tempo, as coisas e os fenômenos não existem isoladamente, mesmo quando destacados uns dos outros e independentes. Eles formam um todo coerente, orgânico e interdependente, que se condiciona de forma recíproca. Logo, todos os aspectos da realidade estão interligados por laços necessários e recíprocos (Marconi; Lakatos, 2017).

As análises sobre uma determinada realidade devem ser precedidas pela análise das condições que a determinam e, por conseguinte, das condições que a explicam, porque a totalidade é um complexo geral estruturado e historicamente determinado, que emerge das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas estão relacionadas em uma série de inter-relações e determinações recíprocas que variam e que se modificam (Lima, 2016).

Nesse sentido, buscamos captar a interação sistêmica do estudo das partes na sua relação com o todo, compreendendo os impactos das políticas de acesso à educação superior. Tais processos são amplos e dinâmicos e vão se constituindo historicamente em uma relação processual, não mecânica, fazendo com que a ação do Estado se componha e recomponha, instituindo historicamente modos específicos de regulação, que calibram os objetivos mais amplos do sistema social, segundo os projetos em disputa.

Com efeito, partimos da premissa de que os processos sociais não são unívocos e que o Estado se constitui como campo de conflitos e arena de luta de hegemonia, uma vez que a sociedade capitalista se funda no conflito entre as classes. Nessa perspectiva, notam-se diferentes modos de regulação estatal nas políticas educacionais. Essa base lógica forneceu os

elementos para a análise dos dados e, por conseguinte, do fenômeno social, preconizando que tal objeto deve ser estudado à luz da conjuntura econômica-social-política que o constituiu, considerando o tempo e o espaço.

Assim, visto que a regulação estatal em políticas educacionais se constitui em um conjunto de dispositivos legais produzidos e aplicados para regular a educação, que se relacionam com as respostas da sociedade a tais disposições estatais, a regulação também inclui a criação de normas e controles do Estado sobre os envolvidos, incluindo ajustes que ocorrem a partir do desdobramento social nas regulamentações estabelecidas (Barroso, 2005).

Contudo, é importante ressaltar que o funcionamento da educação nacional e a implementação das políticas educacionais não se dão de forma linear apenas pela aplicação das normas e regras via promulgação de dispositivos legais. Nesse sentido, o funcionamento do sistema educativo se constitui a partir da interação dos vários dispositivos reguladores e pela ocorrência de confrontos decorrentes dos interesses divergentes. Diante desses conflitos, novos processos têm início, como negociações e recomposições de objetivos e poderes, com o propósito de ajustar e alcançar os objetivos estabelecidos, tanto no âmbito inicial da regulação como em outras áreas que possam impactar os resultados pretendidos (Barroso, 2005).

Essa complexidade torna menos previsíveis os efeitos da regulação estatal, uma vez que diferentes projetos sociais se colocam com seus objetivos e estratégias divergentes e, em alguns casos, até antagônicos. Nessa perspectiva, analisando objetivamente a realidade estudada por meio de dados quantitativos, traçamos a trajetória dos indicadores educacionais a partir de dados fornecidos por organismos oficiais do Estado brasileiro para analisar os impactos das políticas nacionais no Espírito Santo.

Metodologia

Caracteriza-se como uma pesquisa que descritiva e explicativa, baseada na análise documental dos indicadores educacionais do período compreendido entre 1997 e 2017. Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa é uma modalidade de investigação que busca descrever fenômenos ou situações e, ao mesmo tempo, explicar suas causas ou razões.

Para evidenciar os efeitos e desdobramentos produzidos pelas políticas educacionais nacionais de acesso à educação superior implementadas nas redes públicas do Espírito Santo entre 1997 e 2017, mobilizamos uma abordagem qualitativa e quantitativa, visto que ambas se complementam. Esses procedimentos nos permitiram compreender as contradições históricas e

atuais existentes no sistema educacional brasileiro, bem como os movimentos de transformação da sociedade brasileira indicados por meio dos dispositivos que contêm ou ampliam o acesso à educação superior. Conforme Gatti (2004), reconhecemos que há problemas cuja contextualização e compreensão necessitam da análise de dados quantitativos.

Nesse sentido, metodologicamente, conduzimos uma pesquisa descritivo-explicativa, baseada na análise documental dos indicadores educacionais do período compreendido entre 1997 e 2017. Utilizamos como fontes as Sinopses Estatísticas da Educação Superior e os Microdados do Censo da Educação Superior, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep) e divulgados entre 1997 e 2017. Além disso, incorporamos as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados (fontes) foram levantados nos sítios eletrônicos oficiais do Inep e do IBGE, os arquivos foram baixados e analisados ano a ano. Os dados a partir de 2006 foram solicitados ao Inep, visto que as Sinopses e Microdados deixaram de apresentar essa informação.

Os indicadores demográficos foram organizados a partir dos arquivos disponíveis no sítio oficial do IBGE e complementados por outras informações indisponíveis para *download* no mesmo sítio (IBGE, 2017). Em seguida, foram gerados os gráficos (Figuras 1 a 6) e organizadas as Tabelas 1 a 4. Os indicadores educacionais e demográficos foram sistematizados, apresentando a trajetória do período estudado, bem como evidenciando a materialidade das políticas nacionais em sua implementação local no Espírito Santo, referente à escolarização da população no período de 1997 a 2017.

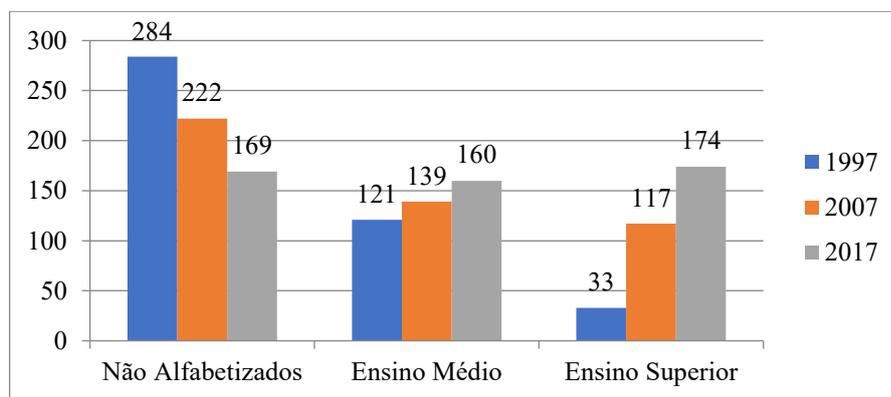
Por fim, organizamos os resultados, conforme as informações: escolaridade da população nos três anos-marcos (1997, 2007 e 2017); número de Instituições de Educação Superior (IES) totais e por categoria administrativa; número de matrículas da graduação (totais e por categoria administrativa, bem como por raça/cor e origem de matrículas).

Resultados e discussão

A trajetória dos indicadores educacionais e os efeitos das políticas nacionais na rede pública do Espírito Santo entre 1997 e 2017

Com o objetivo de identificar padrões, tendências e produzir comparações, investigando localmente os impactos dos dispositivos nacionais reformadores da educação brasileira nos dois níveis, apresentamos dados e análises resultantes do estudo das pesquisas sobre a caracterização da população (PNAD) e sobre as estatísticas da educação básica e superior brasileira. Segundo as PNAD de 1997, 2007 e 2017, o Espírito Santo possuía, respectivamente, 2,2 milhões de habitantes; 2,5 milhões e quase 4 milhões de habitantes com 15 anos ou mais, com crescimento populacional nessa faixa etária de 71% no período (IBGE, 1997, 2007, 2017). No Gráfico 1, apresentamos a escolarização da população em três níveis: não escolarizada; com ensino médio; e com educação superior.

Gráfico 1 – Comparativo da população do Espírito Santo com 15 anos ou mais segundo grau/série que frequentavam (mil pessoas) em 1997, 2007 e 2017



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

O Gráfico 1 mostra um aumento da escolarização da população, ao mesmo tempo, em que há decréscimo da população não escolarizada. Comparando o número de habitantes com 15 anos ou mais e os dados da escolarização dessa mesma população, os não escolarizados eram: 284 mil em 1997; cerca de 222 mil em 2007; e 169 mil pessoas em 2017. Esses dados evidenciam uma queda de 57,42% quando comparados o ano final e o ano inicial; e elevação relativa e absoluta da população alfabetizada na faixa etária.

A análise dos dados da mesma população com ensino médio, no período, apresentou estagnação na escolarização. Em 1997, mais de 121 mil habitantes; em 2007, mais de 139 mil; e em 2017, cerca de 160 mil habitantes, com crescimento no número absoluto de habitantes ao mesmo tempo, em que o percentual relativo à população em geral dessa faixa etária continua

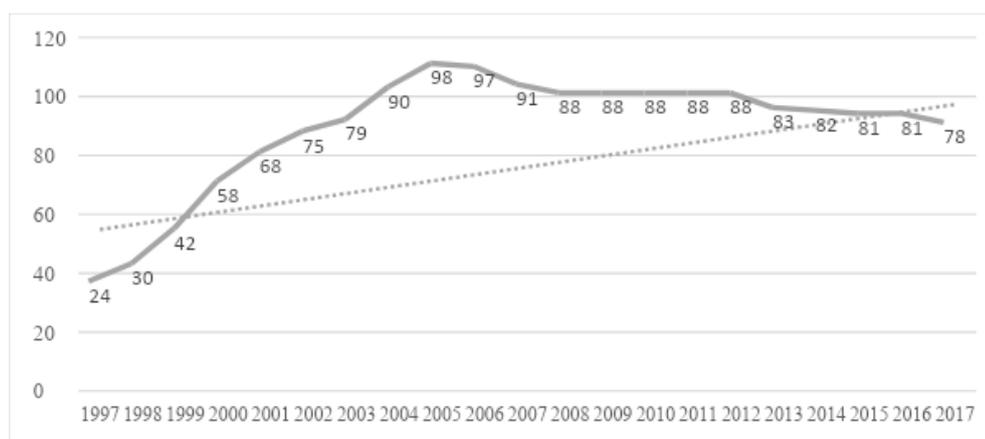
estagnado com queda de 0,28% do início ao fim do período analisado. Todavia, a escolaridade da população com educação superior foi ampliada, triplicando relativamente e quintuplicando em números absolutos, de modo que, em 1997, eram mais de 33 mil pessoas; em 2007, cerca de 117 mil pessoas; e em 2017, em torno de 174 mil habitantes.

Esses resultados sobre a escolaridade da população espírito-santense permitem inferir que os indicadores educacionais foram impactados pelas políticas de ampliação do direito à educação básica e do acesso à educação superior. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento da população dessa faixa etária maior que a elevação da escolaridade, indicando que políticas de redução das desigualdades educacionais afetaram de diferentes modos cada nível de ensino e que ainda há um caminho longo a ser percorrido para que estas políticas promovam a equidade no acesso e no sucesso dos habitantes do Espírito Santo, produzindo redução das desigualdades históricas.

O acesso à Educação Superior

Analisamos os dados do acesso à educação superior, tendo em vista principalmente a graduação presencial e a distância (EaD), considerando o número de IES totais e por dependência administrativa; o número de matrículas totais e por dependência administrativa; a origem dos que tiveram acesso à rede pública de educação superior; e as matrículas por raça/cor na rede pública de educação superior.

Figura 1 – Número de IES no Espírito Santo entre 1997 e 2017



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Os dados da Figura 1 evidenciam o crescimento de 325% no número total de IES quando comparamos os anos de 1997 e 2017 no Espírito Santo. O ano de 2005 apresenta o maior

número de IES, e 1997 é o ano com o menor número, o que confere um crescimento na ordem de 409%. Notamos um nível de crescimento acelerado até 2005 e de declínio a partir do mesmo ano. No cômputo do número de IES, são apuradas as faculdades, centros universitários, institutos e universidades. Na Tabela 1, são indicados o quantitativo de IES de acordo com a sua dependência administrativa (Pública, Federal, Estadual, Municipal, Privada).

Tabela 1 – Número de IES no Espírito Santo por dependência administrativa (1997 e 2017)

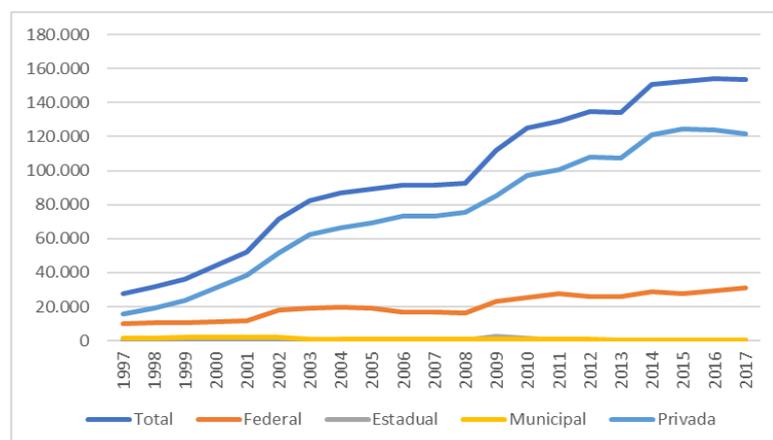
IES	Totais	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1997	30	6	1	2	3	18
1998	36	6	1	2	3	24
1999	47	5	1	1	3	37
2000	63	5	1	1	3	53
2001	74	6	2	1	3	62
2002	80	6	2	1	3	68
2003	83	4	2	1	1	75
2004	94	4	2	1	1	86
2005	102	4	2	1	1	94
2006	101	5	2	1	1	92
2007	95	5	2	1	1	86
2008	92	4	2	1	1	84
2009	92	4	2	1	1	84
2010	92	4	2	1	1	84
2011	92	4	2	1	1	84
2012	92	4	2	1	1	84
2013	87	4	2	1	1	79
2014	86	4	2	1	1	78
2015	84	4	2	1	1	76
2016	85	5	2	1	1	76
2017	82	5	2	1	1	73

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Considerando a dependência administrativa, os resultados indicaram que as IES públicas estaduais e municipais foram reduzidas (2 e 3 no início do período, respectivamente, para 1 no fim do período), e as federais foram ampliadas (de 1 para 2). A maior oscilação ocorreu entre as privadas, que iniciaram o período com 18 IES, chegando a 94 em 2005; e fecharam o período com 74 IES, indicando um crescimento de 405% entre 1997 e 2017.

O crescimento do número de IES no Espírito Santo indica uma crescente ampliação das instituições privadas em relação às públicas, mas não é suficiente para garantir o acesso à educação superior, especialmente considerando as pluralidades de instituições e suas características relacionadas à oferta de vagas. Fato que se evidencia na Figura 2, que indica as matrículas em cursos de graduação presencial e EaD no Espírito Santo por dependência administrativa.

Figura 2 – Matrículas em cursos de graduação presencial e EaD entre 1997 e 2017



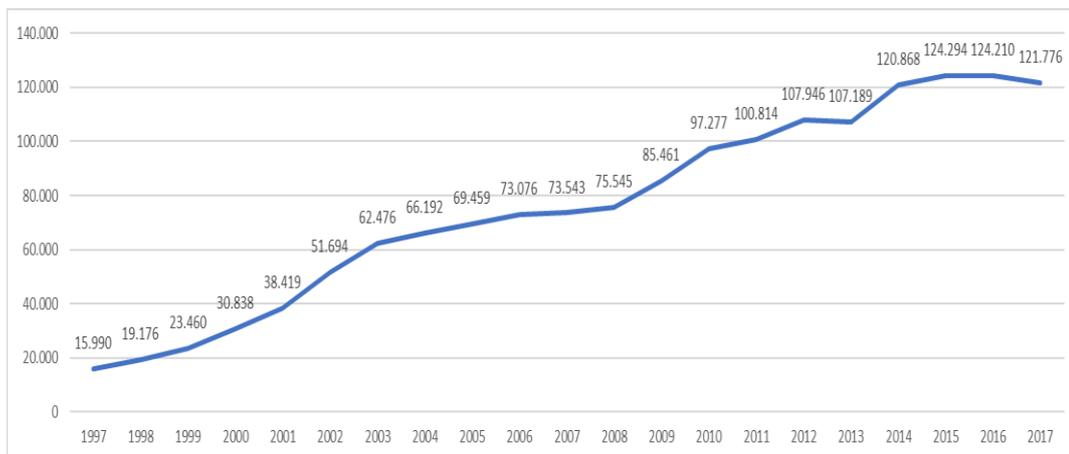
Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Os dados da Figura 2 apontam crescimento nas matrículas da graduação presencial e EaD no Espírito Santo durante todo o período de 1997 a 2017, indicando prevalência na oferta privada em detrimento à oferta pública. Proporcionalmente, em 1997, a oferta privada representava 57% do total de matrículas, enquanto a oferta pública era de 43%. Desse modo, a rede privada deteve maior percentual das matrículas durante todo o período estudado, apresentando uma curva crescente de ampliação das matrículas nessa dependência administrativa.

Reconhecemos a expansão das vagas em IES privadas promovida no governo Fernando Henrique Cardoso em contexto de crise no setor privado provocada por baixo crescimento econômico e alto desemprego, que teve uma resposta às suas demandas no governo Luís Inácio Lula da Silva, a partir da promulgação da Lei n.º 11.096 (Brasil, 2005), instituindo o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior, com ou sem fins lucrativos.

Analisando a trajetória do indicador de matrículas em cursos de graduação presencial e EaD na rede particular do Espírito Santo, confirma-se um crescimento acumulado de 762% no período, com ampliação das matrículas realizadas em todos os anos, exceto em 2013 e em 2017, conforme exposto na Figura 3.

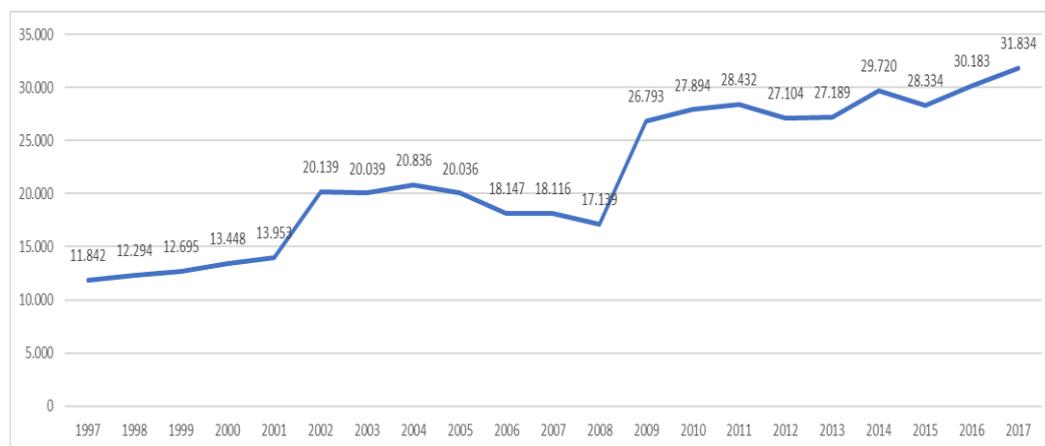
Figura 3 – Matrículas em cursos de graduação em IES privadas entre 1997 e 2017



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Enquanto a Figura 3 expressa a quantidade de oferta das matrículas em IES privadas, na Figura 4, percebemos os impactos das recentes políticas de acesso à educação superior. A trajetória do indicador de matrículas na rede pública indica picos de crescimento do número de matrículas. O primeiro ocorreu em 2002 (44% a mais que em 2001), o segundo em 2009 (56% a mais que em 2008), o terceiro em 2014 (9% a mais que em 2013) e o quarto em 2016 (7% a mais que em 2015).

Figura 4 – Matrículas em cursos de graduação em IES públicas entre 1997 e 2017



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Os dados da Figura 4 indicam as matrículas totais da rede pública, presenciais e EaD, demonstrando que entre 1997 e 2001 houve uma ampliação nas matrículas públicas, acumulando 18% no período entre 1997 e 2001. Em 2002, ocorreu o primeiro pico no crescimento acumulado no número de matrículas, chegando a 70% no período 1997-2002. Cabe destacar que esse pico se justifica porque em 2002 foram registradas as primeiras matrículas

em cursos de graduação em EaD em instituições públicas no Espírito Santo. Nesse ano, das 17.939 matrículas da rede federal, 12.595 foram em cursos de graduação presencial e 5.344 de graduação a distância. Na Tabela 2 é indicado o decréscimo nas matrículas da rede estadual e crescimento nas matrículas da rede municipal (11% em 1998, 23% em 1999, -4% em 2000, 11% em 2001 e manutenção do percentual de 2001 em 2002).

Tabela 2 – Matrículas na graduação na rede pública do Espírito Santo (1997-2017)

Ano	Categoria Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
1997	10.161	209	1.472	11.842
1998	10.418	242	1.634	12.294
1999	10.653	39	2.003	12.695
2000	11.460	56	1.932	13.448
2001	11.763	55	2.135	13.953
2002	17.939	62	2.138	20.139
2003	19.164	52	823	20.039
2004	19.755	95	986	20.836
2005	18.914	143	979	20.036
2006	17.009	183	955	18.147
2007	16.961	235	920	18.116
2008	16.039	227	873	17.139
2009	23.005	2.896	892	26.793
2010	25.700	1.369	825	27.894
2011	27.465	270	697	28.432
2012	26.103	310	691	27.104
2013	26.212	365	612	27.189
2014	28.974	332	414	29.720
2015	27.505	372	457	28.334
2016	29.390	363	430	30.183
2017	31.110	388	336	31.834

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

O período entre 2003 e 2008 é marcado pelo declínio do número de matrículas nas instituições públicas. As matrículas de 2008 representam 86% (17.139) das registradas em 2003 (20.039). A análise ano a ano do mesmo período aponta que, quando comparadas às do exercício anterior, as matrículas oscilaram entre a estagnação (2003 e 2007), o crescimento (2004) e a redução (2005, 2006 e 2008). Entretanto, em 2009, houve o segundo pico de crescimento na ordem de 56%, que alcançou as matrículas totais (presenciais e EaD), o que se justifica pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, que equiparou os institutos às universidades, ampliando a oferta na instituição e os impactos do compromisso da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) com o Programa de Reestruturação e Expansão das Ifes (REUNI) a partir de 2009.

Segundo os Relatórios de Gestão do Exercício (UFES, 2008, 2009), as matrículas de 2009 corresponderam a um incremento de 11% nas matrículas da Ufes. A análise das matrículas

públicas federais evidencia ainda que, em 2008, a rede fez 485 matrículas, enquanto em 2009 foram realizadas 3.182. O mesmo fenômeno foi observado na rede pública estadual, que efetuou 201 matrículas em 2008 e 2.695 em 2009. Assim, tanto a oferta presencial como EaD impulsionaram o crescimento das matrículas públicas.

Os dados da Tabela 2 informam que foi registrado um crescimento percentual de 4 e 2% nas matrículas, respectivamente, nos anos de 2010 e 2011, quando comparados com seus antecessores. Nota-se uma flutuação das matrículas entre as redes estadual, que apresenta um declínio significativo no número de matrículas de 1.369 para 270, e ampliação na federal de 25.700 para 27.465. Em 2012, foi registrado uma diminuição de 5% nas matrículas em relação ao ano anterior.

Em 2013, registraram-se 27.189 matrículas, mantendo percentualmente o número de matrículas. Em 2014, ocorreu o terceiro pico de crescimento na ordem de 9% em comparação com 2013. Nesse ano, foram registradas 26.685 matrículas presenciais e 3.035 EaD. No ano de 2015, as matrículas reduziram cerca de 5% em comparação com as realizadas em 2014. Em 2016, houve um quarto pico de crescimento de 7% sobre 2015, e o crescimento continuou em 2017, alcançando 5% das matrículas de 2016.

Esses dados dos relatórios de prestação de contas ordinárias anuais das IES federais do Espírito Santo indicam que os picos de crescimento e o declínio se relacionam às questões orçamentárias experimentadas pelas IES federais em razão dos compromissos e do cumprimento das políticas de acesso estabelecidas. Em relatórios do período, a questão é apresentada como necessidade de “[...] somar forças ao desafio da continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação [objetivando] a ampliação do acesso de todos os segmentos populacionais ao ensino superior público” (UFES, 2014, p. 49).

Dentre as políticas mais recentes, especialmente aquelas cujas finalidades foram analisadas neste estudo, temos: a) o Decreto n.º 6.096/2007 (Brasil, 2007), que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais para ampliar o acesso e a permanência na educação superior (graduação) a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais; b) a Lei n.º 12.711/2012, que estabeleceu que as IES federais devem reservar no mínimo 50% de suas vagas nos cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; c) a Lei n.º 13.005/2014 (Brasil, 2014), que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Todos esses documentos permitiram analisar a trajetória dos indicadores de matrículas considerando a escola de origem dos ingressantes e a raça/cor informada. Nesse sentido, foram analisados indícios dos impactos dessas políticas que visaram, em última instância, produzir um mecanismo promotor de ampliação do acesso dos mais pobres à educação superior pública. Desse modo, a partir da análise dos Microdados da Educação Superior a partir de 2010, por escola de origem dos ingressantes em IES públicas no Espírito Santo entre 2010 e 2017, produzimos a Tabela 3.

Tabela 3 – Tipo de escola de origem dos matriculados em IES do Espírito Santo (2010-2017)

Ano	Matrículas totais	Escola Pública	%	Escola Privada	%
2010	27.897	2.772	10%	1.300	5%
2011	28.432	6.254	22%	1.338	5%
2012	27.104	7.240	27%	19.523	72%
2013	27.189	13.859	51%	10.054	37%
2014	29.720	8.050	27%	9.827	33%
2015	28.334	11.931	42%	9.661	34%
2016	30.181	13.214	44%	12.132	40%
2017	31.834	14.999	47%	14.076	44%

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

É importante assinalar que nos anos de 2010 e 2011, 85% e 73% dos matriculados não informaram a sua escola de origem, respectivamente. A partir de 2012, já foi possível obter mais dados. Nesse ano, a proporção entre as matrículas públicas efetuadas por estudantes oriundos da rede pública (27%) e da rede particular (72%) confirma que a maior parte das matrículas do ano foi efetuada por estudantes oriundos da rede privada (19.527 matrículas), em detrimento à rede pública (7.240). Comparando os dados referentes à escola de origem dos matriculados e os concluintes do Espírito Santo em 2012, é possível inferir que a maioria dos concluintes da rede pública não teve acesso à educação superior pública do Espírito Santo.

Em 2013, o percentual de matrículas na rede pública de educação superior passou a ser de 51% para os oriundos da rede pública em comparação com os da rede privada, que foi de 37%. Nos anos seguintes, a proporção foi se constituindo de forma que as matrículas advindas das escolas públicas foram gradativamente ampliadas: em 2014 representavam 27% e em 2017 chegaram a 47% em IES públicas. Os dados indicam, ainda, que nos anos apresentados há uma parte significativa dos estudantes que não indicaram a origem do tipo de escola, especialmente aqueles matriculados em cursos de graduação presenciais, o que não possibilita fazer afirmações categóricas quanto ao período em que falta a informação.

Entretanto, as análises realizadas confirmam a hipótese de que as políticas de ampliação do acesso à educação superior implementadas nos últimos anos alteraram a composição da origem das matrículas nas IES públicas, evidenciando que no último ano do período estudado indicasse que essas matrículas em sua maioria foram feitas por estudantes oriundos da rede pública de ensino de educação básica. Assim, os dados indicam uma redução das desigualdades históricas do acesso à educação superior pública em razão da implementação da política que regulamenta a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas. Outro impacto importante corresponde à relação dos ingressantes da educação superior pública de acordo com a raça/cor autodeclarados pretos, pardos e indígenas, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Matrículas em cursos de graduação por cor/raça (2011-2017)

Ano	Categoria Administrativa	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não dispõe da informação	Não declarado
2011	Pública	28.432	1.820	245	865	36	8	23.523	1.935
	Federal	27.465	1.422	210	779	35	8	23.446	1.565
	Estadual	270	65	22	45	1	-	23	114
	Municipal	697	333	13	41	-	-	54	256
2012	Pública	27.104	1.922	287	1.086	39	8	22.882	880
	Federal	26.103	1.626	253	994	37	8	22.748	437
	Estadual	310	64	20	41	1	-	76	108
	Municipal	691	232	14	51	1	-	58	335
2013	Pública	27.289	13.181	2.106	8.233	352	70	1.314	2.033
	Federal	26.312	12.901	2.067	8.111	349	69	1.151	1.664
	Estadual	365	65	23	51	2	-	123	101
	Municipal	612	215	16	71	1	1	40	268
2014	Pública	29.720	13.860	2.624	9.854	383	95	516	2.388
	Federal	28.974	13.669	2.589	9.755	380	93	386	2.102
	Estadual	332	46	19	45	2	2	105	113
	Municipal	414	145	16	54	1	-	25	173
2015	Pública	28.334	13.440	2.746	10.408	352	141	217	1.030
	Federal	27.505	13.155	2.703	10.168	349	141	117	872
	Estadual	372	48	19	50	2	-	100	153
	Municipal	457	237	24	190	1	-	-	5
2016	Pública	30.183	13.997	2.974	11.418	353	153	150	1.138
	Federal	29.390	13.763	2.937	11.165	350	152	72	951
	Estadual	363	45	19	84	1	1	78	135
	Municipal	430	189	18	169	2	-	-	52
2017	Pública	31.834	14.400	3.321	12.272	333	153	99	1.256
	Federal	31.110	14.175	3.268	12.052	331	152	44	1.088
	Estadual	388	64	34	103	2	-	55	129
	Municipal	336	161	19	117	-	-	-	39

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

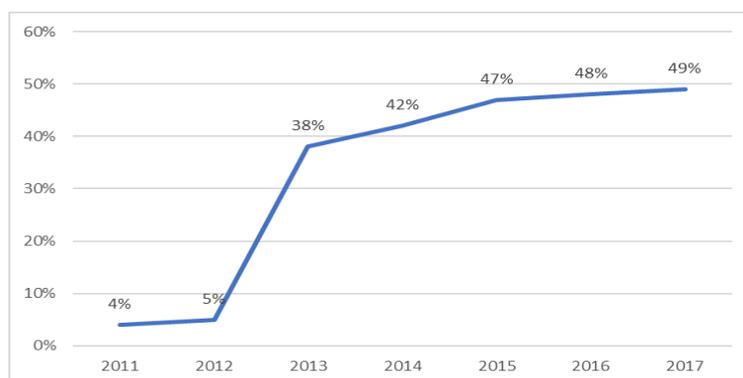
Segundo a Tabela 4, no primeiro ano apurado, 2011, a não disponibilização da informação, somada a não declaração do estudante, alcançou 90% do total de ingressantes. Dos 10% restantes, 6% se declararam brancos e 4% pretos, pardos ou indígenas. Em 2012, ainda se

observa um grande percentual de informação não disponibilizada, e a falta de declaração do estudante caiu para 87%. Dos 13% declarados, 7% foram brancos e 6% pretos, pardos ou indígenas.

A partir de 2013, o percentual de informação não disponibilizada e não declaradas reduziu anualmente: 12%, 10%, 5% e 4% entre 2013 e 2017. Em 2013, dos 88% matriculados, os autodeclarados brancos ocupavam 48% e os pretos, pardos ou indígenas correspondiam a 38%, sendo que a rede federal, que possui o maior número de matrículas, apresenta a desproporção de 49% e 39%, respectivamente. Em 2014, dos 90% das matrículas referentes a cor/raça, constatou-se que 47% se autodeclararam brancos, enquanto 42% se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. Na rede federal, ainda havia prevalência de 47% de autodeclarados brancos em detrimento de 43% pretos, pardos ou indígenas.

Em 2015, apenas 5% do total de matriculados não apresentaram informações referentes a cor/raça. A rede federal continuou com mais brancos ingressantes (48%) do que pretos, pardos ou indígenas (47%). Em 2016, o número de ingressantes autodeclarados brancos caiu para 46% e em 2017 para 45%. Enquanto isso, o percentual de autodeclarados pretos, pardos e indígenas se ampliou para 48% e 49% nesse período, inclusive houve elevação nas matrículas de pretos, pardos e indígenas em IES federais, com 48% em 2016 e 50% em 2017.

Figura 5 – Evolução de ingressantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em IES



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Nos anos de 2011 e 2012, 90% e 88% dos matriculados não declararam raça/cor ou a instituição não dispunha da informação. Entretanto, o nível de crescimento das matrículas dos anos seguintes evidencia a ascensão de uma reparação na redução das desigualdades sociais e educacionais com as camadas mais pobres da população, confirmando o impacto dos dispositivos legais na configuração dos ingressantes na educação superior pública. Nesse sentido, destacamos o impacto da Lei nº 12.711/2012 e da Lei nº 13.409/2016, que estabeleceu

que cada curso e turno fosse preenchido por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e/ou com deficiência, em proporção ao total da população da unidade da Federação onde está instalada a IES.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos discutir os impactos e desdobramentos concretos das políticas educacionais nacionais de acesso à educação superior implementadas nas redes públicas do Espírito Santo entre 1997 e 2017, utilizando indicadores demográficos e educacionais como fontes.

Adotando uma abordagem descritivo-explicativa, a análise da trajetória dos indicadores educacionais e demográficos revelou um aumento geral na escolarização da população do estado do Espírito Santo entre 1997 e 2017, com uma redução no número de pessoas não escolarizadas e um significativo crescimento daqueles com ensino médio e com educação superior. Além disso, confirmamos a hipótese de que a trajetória das matrículas na rede pública de educação superior é fortemente influenciada pelas políticas de acesso. Nesse sentido, observamos picos de crescimento no número de matrículas em 2002 (44%), em 2009 (56%), em 2014 (9%) e em 2016 (7%). Esses dados reforçam a influência das políticas que promoveram a oferta de cursos de graduação a distância, a reestruturação e a expansão das redes federais e as políticas de cotas.

Ao analisar a origem das matrículas, notamos, especialmente a partir de 2013, um aumento de estudantes oriundos de escolas públicas nos cursos de graduação. Esse percentual alcançou 51% das matrículas na rede pública e 37% na rede privada em 2013. Em anos subsequentes, os números variaram, mas mantiveram-se em um patamar que reflete a mudança na composição das matrículas, com 47% e 44% nas redes pública e privada, respectivamente, em 2017. Esses resultados indicam que as políticas de ampliação do acesso à educação superior implementadas no período (1997 a 2017) alteraram a origem das matrículas nas instituições públicas.

No que diz respeito à cor/raça dos ingressantes, os dados revelam que após 2014 começou a ocorrer uma mudança na configuração das matrículas, com um aumento das matrículas de autodeclarados pretos, pardos e indígenas em detrimento das matrículas de autodeclarados brancos. Em 2017, esse número chegou a 49% de ingressantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, enquanto o de autodeclarados brancos foi de 45%. Esse reflexo das

políticas de acesso à educação superior, como a Lei núm. 12.711/2012, que estabeleceu a reserva de vagas nas IES federais para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. É importante destacar que, em 2013, a proporção de autodeclarados brancos era de 48% e de pretos, pardos e indígenas era de 38%.

Assim, os dados analisados confirmam a materialização das regulamentações nacionais de acesso à educação superior na rede pública que oferece esse nível de ensino no Espírito Santo, entre 1997 e 2017, refletindo as diferentes formas de regulação estatal. Esses dados evidenciam o estreitamento inicial e, mais recentemente, a ampliação da democratização do acesso à educação superior pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. L. B. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 2, p.501-510, 2011.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Regulamenta o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e nas instituições federais de ensino superior; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso: 03 mar. 2023.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GIL, C. E. S. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1997**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 1997. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 1998. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 1999. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: INEP, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. [on-line]. Brasília, DF: Inep, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso: 03 mar. 2023.

LIMA, M. **Trabalho e educação no Brasil**: da formação para o mercado ao mercado da formação. Curitiba: CRV, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Relatório de gestão do exercício de 2008**. Vitória, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Relatório de gestão do exercício de 2009**. Vitória, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Relatório de gestão do exercício de 2014**. Vitória, 2014.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – Protocolo 53875.821.17880.15022023

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso nos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Contribuições dos autores: Levantamento das fontes, análise dos dados e redação, Zilka Sulamita TEIXEIRA Maia; supervisão, revisão e edição, Wagner dos SANTOS.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

